

Ortiz, Renato, org., Fernandes,  
Florestan, coord. Pierre Bourdier  
- Sociologia. São Paulo: Atica,  
1983.

#### 4. O CAMPO CIENTÍFICO \*

A sociologia da ciência repousa no postulado de que a verdade do produto — mesmo em se tratando desse produto particular que é a verdade científica — reside numa espécie particular de condições sociais de produção; isto é, mais precisamente, num estado determinado da estrutura e do funcionamento do campo científico. O universo “puro” da mais “pura” ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas *invariantes* revestem formas específicas.

##### **A luta pelo monopólio da competência científica**

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de

---

\* Reproduzido de BOURDIEU, P. Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Tradução de Paula Montero.

falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado<sup>1</sup>.

Dizer que o campo é um lugar de lutas não é simplesmente romper com a imagem irenista da "comunidade científica" tal como a hagiografia científica a descreve — e, muitas vezes, depois dela, a própria sociologia da ciência. Não é simplesmente romper com a idéia de uma espécie de "reino dos fins" que não conheceria senão as leis da concorrência pura e perfeita das idéias, infalivelmente recortada pela força intrínseca da idéia verdadeira. É também recordar que o próprio funcionamento do campo científico *produz e supõe uma forma específica de interesse* (as práticas científicas não aparecendo como "desinteressadas" senão quando referidas a interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos).

Falando de interesse científico e de autoridade (ou de competência) científica, pretendemos afastar, desde logo, as distinções que habitam, implicitamente, as discussões sobre a ciência. Assim, tentar dissociar o que, na competência científica, seria pura representação social, poder simbólico, marcado por todo um "aparelho" (no sentido de Pascal) de emblemas e de signos, e o que seria pura capacidade técnica, é cair na armadilha constitutiva de toda competência, *razão social* que se legitima apresentando-se como razão puramente técnica (conforme vemos, por exemplo, nos usos tecnocráticos da noção de competência)<sup>2</sup>. Na

<sup>1</sup> Duas observações rápidas para evitar possíveis mal-entendidos. Primeiramente, não se pode reduzir as relações objetivas que são constitutivas do campo ao conjunto das *interações*, no sentido do interacionismo, isto é, ao conjunto das *estratégias* que, na realidade, ele determina. Por outro lado, é necessário precisar o que significa ser socialmente reconhecido. Veremos que o grupo que confere esse reconhecimento tende, cada vez mais, a reduzir-se ao conjunto dos cientistas (ou concorrentes) à medida que crescem os recursos científicos acumulados e, correlativamente, a autonomia do campo.

<sup>2</sup> O conflito relatado por Sapolsky entre os partidários da fluorização, isto é, os detentores da autoridade oficial (*health officials*), que se estimam os únicos competentes em matéria de saúde pública, e os adversários dessa inovação, entre os quais contam-se inúmeros cientistas que, aos olhos oficiais, ultrapassam os "limites de seu próprio campo de competência", permite perceber claramente a verdade social da competência como palavra autorizada e de autoridade que está em jogo na luta entre os grupos (cf. SAPOLSKY, H. M. *Science, voters and the fluoridation controversy. Science*, v. 162, 25 out. 1968, p. 427-33). Nunca o problema da competência se colocou com tanta acuidade e clareza como nas relações com os "profanos". (Ver BARNES, S. B. *On the reception of scientific beliefs*. In: —., org. *Sociology of science*. Londres, Penguin, 1972. p. 269-91; BOLTANSKI, L. e MALDIDIER, P. *Carrière scientifique, morale scientifique et vulgarisation. Information sur les Sciences Sociales*, 3 (9), 1970, p. 99-118.)

realidade, o “augusto aparelho” que envolve aqueles a quem chamávamos de “capacidades” no século passado e de “competências” hoje — becas rubras e arminho, sotainas e capelos dos magistrados e doutores em outros tempos, títulos escolares e distinções científicas dos pesquisadores de hoje — essa “ostentação tão autêntica”, como dizia Pascal, toda essa ficção social que nada tem de socialmente fictício, modifica a percepção social da capacidade propriamente técnica. Assim, os julgamentos sobre a capacidade científica de um estudante ou de um pesquisador estão *sempre contaminados*, no transcurso de sua carreira, pelo conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias instituídas (as Grandes Escolas, na França, ou as universidades, por exemplo, nos Estados Unidos).

Pelo fato de que todas as práticas estão orientadas para a aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade etc.), o que chamamos comumente de “interesse” por uma atividade científica (uma disciplina, um setor dessa disciplina, um método etc.) tem sempre uma dupla face. O mesmo acontece com as estratégias que tendem a assegurar a satisfação desse interesse.

Uma análise que tentasse isolar uma dimensão puramente “política” nos conflitos pela dominação do campo científico seria tão falsa quanto o *parti pris* inverso, mais frequente, de somente considerar as determinações “puras” e puramente intelectuais dos conflitos científicos. Por exemplo, a luta pela obtenção de créditos e de instrumentos de pesquisa que hoje opõe os especialistas não se reduz jamais a uma simples luta pelo poder propriamente “político”. Aqueles que estão à frente das grandes burocracias científicas só poderão impor sua vitória como sendo uma vitória da ciência se forem capazes de impor uma definição de ciência que suponha que a boa maneira de fazer ciência implica a utilização de serviços de uma grande burocracia científica, provida de créditos, de equipamentos técnicos poderosos, de uma mão-de-obra abundante. Assim, eles constituem em metodologia universal e eterna a prática de sondagens com amplas amostragens, as operações de análise estatística dos dados e formalização dos resultados, instaurando, como medida de toda prática científica, o padrão mais favorável às suas capacidades intelectuais e institucionais. Reciprocamente, os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos; assim, uma pesquisa sobre o poder no campo científico poderia perfeitamente só comportar questões aparentemente epistemológicas.

De uma definição rigorosa do campo científico enquanto espaço objetivo de um jogo onde compromissos científicos estão engajados resulta que é inútil distinguir entre as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais das práticas essen-

cialmente *sobredeterminadas*. É preciso citar a descrição de Fred Reif que mostra, quase involuntariamente, o quanto é artificial e mesmo impossível a distinção entre interesse intrínseco e interesse extrínseco, entre o que é importante para o pesquisador determinado e o que é importante para os outros pesquisadores.

*"Um cientista procura fazer as pesquisas que ele considera importantes. Mas a satisfação intrínseca e o interesse não são suas únicas motivações. Isto transparece quando observamos o que acontece quando um pesquisador descobre uma publicação com os resultados a que ele estava quase chegando: fica quase sempre transtornado, ainda que o interesse intrínseco de seu trabalho não tenha sido afetado. Isto porque seu trabalho não deve ser interessante somente para ele, mas deve ser também importante para os outros"* <sup>3</sup>.

O que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros; portanto, aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz como importante e interessante aos olhos dos outros.

Para não correr o risco de voltar à filosofia idealista, que confere à ciência o poder de se desenvolver segundo sua lógica imanente <sup>4</sup>, é preciso supor que os investimentos se organizam com referência a uma antecipação — consciente ou inconsciente — das chances médias de lucro em função do capital acumulado. Assim, a tendência dos pesquisadores a se concentrar nos problemas considerados como os mais importantes se explica pelo fato de que uma contribuição ou descoberta concernente a essas questões traz um lucro simbólico mais importante. A intensa competição assim desencadeada tem todas as chances de determinar uma baixa nas taxas médias de lucro material e/ou simbólico e, conseqüentemente, uma migração de pesquisadores em direção a novos objetos menos prestigiados, mas em torno dos quais a competição é menos forte <sup>5</sup>.

A distinção que Merton estabelece (ao referir-se às ciências sociais) entre conflitos "sociais" e conflitos "intelectuais" constitui uma estratégia,

<sup>3</sup> REIF, F. The competitive world of the pure scientist. *Science*, 15 dez. 1961, 134 (3494), p. 1957-62.

<sup>4</sup> Como faz Kuhn, quando sugere que as "revoluções científicas" só aparecem após o esgotamento dos paradigmas.

<sup>5</sup> Deve-se compreender, a partir da mesma lógica, as transferências de capital de um campo determinado para um campo socialmente inferior, onde uma competição menos intensa promete lucro maior ao detentor de um determinado capital científico.

ao mesmo tempo social e intelectual, que tende a impor uma delimitação do campo dos objetos legítimos de discussão<sup>6</sup>. Com efeito, reconhece-se nessa distinção uma das estratégias pela qual a sociologia americana oficial tende a garantir sua respeitabilidade acadêmica e a impor uma delimitação do científico e do não-científico que lhe permita coibir toda pergunta que, considerada como cientificamente inconveniente, ponha em questão os fundamentos de sua respeitabilidade<sup>7</sup>.

Uma autêntica ciência da ciência só pode constituir-se com a condição de recusar radicalmente a oposição abstrata (que se encontra também na história da arte, por exemplo) entre uma análise imanente ou interna, que caberia mais propriamente à epistemologia e que restituiria a lógica segundo a qual a ciência engendra seus próprios problemas e, uma análise externa, que relacionaria esses problemas às condições sociais de seu aparecimento. É o campo científico, enquanto lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas. Não há "escolha" científica — do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação; ou, ainda, escolha entre uma publicação imediata de resultados parcialmente verificados e uma publicação tardia de resultados plenamente controlados<sup>8</sup> — que não seja

<sup>6</sup> [Conflito social: distribuição de recursos intelectuais entre os diferentes tipos de trabalho sociológico. Conflito intelectual: oposição de idéias sociológicas rigorosamente formuladas. (N. do T.)] Ver MERTON, R. K. *The sociology of science*. Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1973. p. 55.

<sup>7</sup> Entre as inúmeras expressões desse credo neutralista, esta é particularmente típica: "Enquanto profissionais — universitários ou técnicos — os sociólogos se consideram essencialmente capazes de separar, em nome do sentido de responsabilidade social, sua ideologia pessoal de seu papel profissional nas suas relações com seus pares e clientes. Está claro que este é o resultado mais acabado da aplicação do conceito de profissionalização à sociologia, particularmente no período do ativismo universitário que começa em 1965. A partir da organização da sociologia como disciplina, muitos sociólogos tiveram ideologias pessoais muito intensas que os levavam a tentar colocar seus conhecimentos a serviço da transformação social, quando, enquanto universitários, eles deveriam afrontar o problema das normas que se impõem ao professor e ao pesquisador". (JANOWITZ, M. *The American Journal of Sociology*, 78, (1), jul. 1972, p. 105-35.)

<sup>8</sup> HAGSTROM, W. D. *The scientific community*. Nova York, Basic Books, 1965. p. 100.

uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes.

## A acumulação do capital científico

A luta pela autoridade científica, espécie particular de *capital social* que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital, deve o essencial de suas características ao fato de que os produtores tendem, quanto maior for a autonomia do campo, a só ter como possíveis clientes seus próprios concorrentes. Isto significa que, num campo científico fortemente autônomo, um produtor particular só pode esperar o reconhecimento do valor de seus produtos ("reputação", "prestígio", "autoridade", "competência" etc.) dos outros produtores que, sendo também seus concorrentes, são os menos inclinados a reconhecê-lo sem discussão ou exame. De fato, somente os cientistas engajados no mesmo jogo detêm os meios de se apropriar simbolicamente da obra científica e de avaliar seus méritos. E também de direito: aquele que faz apelo a uma autoridade exterior ao campo só pode atrair sobre si o descrédito<sup>9</sup>. Muito semelhante, sob este aspecto, a um campo artístico fortemente autônomo, o campo científico deve, entre outras coisas, sua especificidade ao fato de que os concorrentes não podem contentar-se em se *distinguir* de seus predecessores já reconhecidos. Eles são obrigados, sob pena de se tornarem ultrapassados e "desqualificados", a integrar suas aquisições na construção distinta e distintiva que os supera.

Na luta em que cada um dos agentes deve engajar-se para impor o valor de seus produtos e de sua própria autoridade de produtor legíti-

<sup>9</sup> Fred Reif lembra que aqueles que, preocupados em ver seus trabalhos publicados o mais rapidamente possível, recorrem à imprensa cotidiana, atraem a reprovação de seus pares-concorrentes, em nome da distinção entre *publicação* e *publicidade*. Importantes descobertas em física, por exemplo, foram, assim, anunciadas no *New York Times*. A mesma distinção orienta as atitudes com relação a certas formas de vulgarização, sempre suspeitas de não serem mais do que formas eufemísticas de autodivulgação. Basta citar os comentários do editor do jornal oficial dos físicos americanos: "Por cortesia para com os colegas, os autores têm o hábito de impedir toda divulgação pública de seus artigos, antes de terem aparecido na revista científica. As descobertas científicas não são matérias de sensação para os jornais e todos os meios de comunicação de massa devem ter simultaneamente acesso à informação. De agora em diante, rejeitaremos todos os artigos cujo conteúdo já tenha sido publicado na imprensa cotidiana" (REIF, F. Op. cit.).

timo, está sempre em jogo o poder de impor uma definição da ciência (isto é, a de limitação do campo dos problemas, dos métodos e das teorias que podem ser considerados científicos) que mais esteja de acordo com seus interesses específicos. A definição mais apropriada será a que lhe permita ocupar legitimamente a posição dominante e a que assegure, aos talentos científicos de que ele é detentor a título pessoal ou institucional, a mais alta posição na hierarquia dos valores científicos (por exemplo, enquanto detentor de uma espécie determinada de capital cultural, como ex-aluno de uma instituição de ensino particular ou então como membro de uma instituição científica determinada etc.). Existe assim, a cada momento, uma hierarquia social dos campos científicos — as disciplinas — que orienta fortemente as práticas e, particularmente, as “escolhas” de “vocação”. No interior de cada um deles há uma hierarquia social dos objetos e dos métodos de tratamento <sup>10</sup>.

As discussões sobre a prioridade das descobertas opõem, em mais de um caso, aquele que descobriu o fenômeno desconhecido sob a forma de uma simples anomalia, de uma falha nas teorias existentes, e aquele que faz do fato desconhecido um *fato científico novo*, inserindo-o numa construção científica irreduzível ao simples dado bruto. Essas discussões políticas sobre o direito e a propriedade científica, que são ao mesmo tempo debates sobre o sentido do que foi descoberto e debates epistemológicos sobre a *natureza da descoberta* científica, opõem na realidade, mediante protagonistas particulares, dois princípios de hierarquização das práticas científicas: um que confere primazia à observação e à experimentação e, portanto, às inclinações e capacidades correspondentes, outro que privilegia a teoria e os “interesses” científicos correlativos. Debate este que nunca cessou de ocupar o centro da reflexão epistemológica.

Assim, a definição do que está em jogo na luta científica faz parte do jogo da luta científica: os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem. Diga-se de passagem que a *communis doctorum opinio*, como dizia a escolástica, não é mais que uma *ficção oficial* que nada tem de fictícia, pois a eficácia simbólica que sua legitimidade lhe confere permite que ela preencha uma função semelhante ao papel que a noção de opinião pública preenche para a ideologia liberal. A ciência oficial não é o que, freqüentemente, dela faz a sociologia da ciência: o sistema de normas

<sup>10</sup> A respeito desse ponto, ver BOURDIEU, P. *Méthode scientifique et hierarchie sociale des objets. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1, 1975, p. 4-6.

e valores que a "comunidade científica", grupo indiferenciado, imporá e inculcaria a todos os seus membros, a anomia revolucionária só podendo, assim, ser imputada aos que fracassaram na socialização científica<sup>11</sup>. Essa visão "durkheimiana" do campo científico poderia não ser mais que a transfiguração da representação do universo científico que os detentores da ordem científica têm interesse em impor, sobretudo aos seus concorrentes.

Não acabaríamos nunca de recensear os exemplos desse "funcionalismo", mesmo num autor que, como Kuhn, dá lugar ao conflito na sua teoria da evolução científica:

"uma comunidade de especialistas (das ciências) fará o possível para assegurar a progressão da acumulação dos dados que ela pode utilizar com precisão e detalhadamente"<sup>12</sup>.

Visto que a "função", no sentido do "funcionalismo" da escola americana, nada mais é que o *interesse dos dominantes* (de um campo determinado, ou a classe dominante no campo da luta de classes) em perpetuar um sistema que esteja em conformidade com seus interesses (ou a *função* que o sistema preenche para essa classe particular de agentes), basta silenciar sobre os interesses (as funções diferenciais), fazendo da comunidade científica o sujeito das práticas, para cair no funcionalismo.

Por que a definição do que está em jogo na luta faz parte da luta (mesmo nas ciências como a matemática, onde o consenso aparente sobre o que está em jogo é muito alto), esbarramos, sem cessar, com as antinomias da legitimidade. O interesse apaixonado que os pesquisadores em ciências sociais têm pelas ciências da natureza não poderia ser compreendido de outro modo: é a definição dos princípios de avaliação de sua própria prática que está em jogo na pretensão de impor, em nome da epistemologia ou da sociologia da ciência, a definição legítima

<sup>11</sup> Como a filosofia social de inspiração durkheimiana, que descreve o conflito social na linguagem da marginalidade, do desvio ou da anomia, essa filosofia da ciência tende a reduzir as relações de competição entre dominantes e dominados às relações entre "centro" e "periferia", reencontrando a metáfora imanentista cara a Halbwachs da distância aos "núcleos" dos valores centrais. (Ver, por exemplo, BEN-DAVID, J. *The scientist's role in society*. Englewood Cliffs (N. J.), Prentice Hall Inc., 1971 e SHILS, E. Center and periphery. In: *The logic of personal knowledge, essays presented to Michael Polanyi on his seventieth birthday*. Londres, Routledge and Kegan Paul, 1961. p. 117-30.)

<sup>12</sup> KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago, The University of Chicago Press, 1962. p. 168.

da forma mais legítima de ciência — a ciência da natureza. Tanto no campo científico quanto no campo das relações de classe não existem instâncias que legitimam as instâncias de legitimidade; as reivindicações de legitimidade tiram sua legitimidade da força relativa dos grupos cujos interesses elas exprimem: à medida que a própria definição dos critérios de julgamento e dos princípios de hierarquização estão em jogo na luta, ninguém é *bom* juiz porque não há juiz que não seja, ao mesmo tempo, juiz e parte interessada.

Vemos, assim, a ingenuidade da técnica dos “juizes” a que recorre comumente a tradição científica para definir as hierarquias características de um campo determinado: hierarquia dos agentes ou das instituições — as universidades dos EUA; hierarquia dos problemas, domínios ou métodos; hierarquia dos próprios campos etc. É a mesma filosofia ingênua da objetividade que inspira o recurso a “especialistas internacionais”. Como se a posição de observadores estrangeiros pudesse colocá-los ao abrigo dos *parti pris* e das tomadas de posição num momento em que a economia das trocas ideológicas conhece tantas sociedades multinacionais. E, ainda, como se suas análises “científicas” do estado da ciência pudessem ser outra coisa que não a justificação, cientificamente mascarada, do estado particular da ciência ou das instituições científicas com o qual compactuam.

Veremos adiante que a sociologia da ciência raramente escapa dessa estratégia de perícia enquanto imposição de legitimidade que prepara uma conquista de mercado. Por trás das problemáticas dos especialistas sobre o valor relativo dos regimes universitários se esconde, inevitavelmente, a questão das *condições ótimas* para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, do melhor regime político — os sociólogos americanos tendem a fazer da “democracia liberal” de estilo americano a condição da “democracia científica”<sup>18</sup>.

A autoridade científica é, pois, uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, em certas condições, reconvertido em outras espécies. Podemos retomar a descrição de Fred Reif sobre o processo de acumulação de capital científico e as formas de sua reconversão. Isto no caso particular do campo da física contemporânea, onde a posse de capital científico tende a favorecer a aquisição

---

<sup>18</sup> Ver, por exemplo, MERTON, R. K. *Science and technology in a democratic order. Journal of Legal and Political Sociology*, v. I, 1942. Reeditado em MERTON, R. K. *Social theory and social structure* (ed. rev.) Nova York, Free Press, 1967. p. 550-1, sob o título “Science and democratic social structure”. Ver também BARBER, B. *Science and the social order*. Glencoe, The Free Press of Glencoe, 1952. p. 73 e 83.

de capital suplementar e onde a carreira científica "bem-sucedida" torna-se um processo *contínuo* de acumulação no qual o capital inicial, representado pelo título escolar, tem um papel determinante:

"Desde a *high school*, o futuro homem da ciência tem consciência do papel da competição e do prestígio no seu futuro êxito. Deve esforçar-se em obter as melhores notas para ser admitido no *college* e, mais tarde, no *graduate school*. Percebe que a passagem por um *college* reputado é de uma importância decisiva para ele (...) Enfim, ele deve ganhar a estima de seus professores para garantir-se cartas de recomendação que o ajudarão a entrar no *college* e a obter as bolsas e os prêmios (...) Quando ele estiver procurando emprego, estará em melhor posição se vier de uma instituição conhecida e se tiver trabalhado com algum pesquisador renomado. Em todo caso, para ele é essencial que, no mundo dos homens de primeira classe, se aceite fazer comentários favoráveis sobre o seu trabalho (...) O acesso a níveis universitários mais elevados está submetido aos mesmos critérios. A universidade exige de novo cartas de recomendação escritas por cientistas do Exterior e pode, algumas vezes, suscitar a formação de um comitê de exame, antes de tomar a decisão de promover alguém a um cargo de professor titular".

Esse processo continua com o acesso aos cargos administrativos, às comissões governamentais etc. O pesquisador depende também de sua reputação junto aos colegas para obter fundos para pesquisa, para atrair estudantes de qualidade, para conseguir subvenções e bolsas, convites, consultas, distinções (como Prêmio Nobel, National Academy of Science etc.).

O reconhecimento, marcado e garantido socialmente por todo um conjunto de sinais específicos de consagração que os pares-concorrentes concedem a cada um de seus membros, é função do *valor distintivo* de seus produtos e da *originalidade* (no sentido da teoria da informação) que se reconhece coletivamente à contribuição que ele traz aos recursos científicos já acumulados. O fato de que o capital de autoridade proporcionado pela descoberta seja monopolizado pelo primeiro a fazê-la ou, pelo menos, por aquele que a torna conhecida e reconhecida, explica a importância e a frequência das *questões de prioridade*. Se acontece que vários nomes estejam ligados à primeira descoberta, o prestígio atribuído a cada um deles diminui na proporção inversa. Aquela que chega a uma descoberta algumas semanas ou meses depois do outro despendeu seus esforços em pura perda, seus trabalhos se reduzindo ao estatuto de duplicação sem interesse de um trabalho já conhecido. Isto explica a precipitação que certos autores demonstram em publicar seus trabalhos,

a fim de evitar que sejam ultrapassados <sup>14</sup>. O conceito de *visibility* que os autores americanos empregam frequentemente (trata-se, como sempre, de uma noção de uso corrente no meio universitário) exprime bem o *valor diferencial, distintivo*, dessa espécie particular de capital social: acumular capital é fazer um "nome", um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum. Vem daí, sem dúvida, a importância das metáforas perceptivas, de que a oposição entre *brilhante* e *obscuro* é o paradigma na maioria das taxionomias escolares <sup>15</sup>. A lógica da distinção funciona plenamente no caso das assinaturas múltiplas, que reduzem, enquanto tal, o *valor distintivo* atribuído a cada um dos signatários. Podemos compreender, assim, o conjunto de observações de Harriet A. Zuckerman <sup>16</sup> sobre os "modelos da ordem em que os autores de artigos científicos são nomeados", como o produto das estratégias que visam *minimizar a perda de valor distintivo* imposta pelas necessidades da nova divisão de trabalho científico. Assim, para explicar

---

<sup>14</sup> Assim se explicam as diferentes estratégias que os pesquisadores utilizam na difusão dos *preprints* e *reprints*. Seria fácil demonstrar que todas as diferenças observadas segundo a disciplina, a idade dos pesquisadores ou a instituição à qual eles pertencem podem ser compreendidas a partir das diferentes funções que essas duas formas de comunicação científica preenchem. A primeira consiste em divulgar os produtos rapidamente, escapando aos prazos das publicações científicas (vantagem importante nos setores altamente competitivos), junto a um número restrito de leitores que são, muitas vezes, também os concorrentes mais competentes. A segunda consiste em divulgar mais amplamente, junto ao conjunto dos colegas ou da demanda, produtos marcados e socialmente imputados a um nome próprio. (Ver HAGSTROM, W. D. Factors related to the use of different modes of publishing research in four scientific fields. In: NELSON, C. E. e POLLOCK, D. K., orgs. *Communication among scientists and engineers*. Lexington (Mass.), Heath Lemington Books, D. C. Heath and Co., 1970.)

<sup>15</sup> Daí as dificuldades que encontramos nas pesquisas sobre intelectuais, cientistas ou artistas, tanto nas entrevistas quanto na publicação dos resultados: propor o *anonimato* a pessoas que estão ocupadas em fazer um nome é suprimir a motivação principal da participação numa entrevista; não lhe propor é proibir-se de fazer perguntas "indiscretas", isto é, objetivantes e redutoras. A publicação dos resultados coloca problemas equivalentes, nem que seja pelo fato de que o anonimato tem, como efeito, tornar o discurso ininteligível ou transparente segundo o grau de informação dos leitores (e isto mais ainda nesses casos, visto que muitas posições só contam com um elemento: um nome próprio).

<sup>16</sup> ZUCKERMAN, H. A. Patterns of name ordering among authors of scientific papers: a study of social symbolism and its ambiguity. *American Journal of Sociology*, 74 (3), nov. 1968, p. 276-91.

que os laureados com o Prêmio Nobel não sejam nomeados em primeiro lugar com mais frequência do que os outros, como era de se esperar, tendo em vista que os autores são normalmente citados na ordem do valor relativo de suas contribuições, não é necessário invocar uma moral aristocrática tipo *noblesse oblige*; basta, com efeito, supor que a visibilidade de um nome numa série é função, em primeiro lugar, de sua *visibilidade relativa*, definida pelo grau que ele ocupa na série e, em segundo lugar, de sua *visibilidade intrínseca*, que resulta do fato de que, já conhecido, ele é mais facilmente reconhecido e retido (um dos mecanismos que fazem com que, também aqui, o capital leve ao capital). Por compreender que a tendência a deixar para os outros o primeiro lugar cresça à medida que cresce o capital possuído e, portanto, o lucro simbólico automaticamente assegurado, independentemente do grau em que os autores são nomeados<sup>17</sup>. O mercado dos bens científicos tem suas leis, que nada têm a ver com a moral. Arriscamo-nos a introduzir na ciência das ciências, sob diversos nomes "eruditos", o que os agentes chamam às vezes de "valores" ou "tradições" da "comunidade científica", se não soubermos reconhecer enquanto tais as estratégias que, nos universos onde se tem interesse no desinteresse, tendem a dissimular as estratégias. Essas estratégias de segunda ordem, através das quais nos colocamos dentro das regras, permitem somar às satisfações do interesse bem-compreendido os lucros mais ou menos universalmente prometidos às ações que não têm outra determinação aparente senão a do respeito puro e desinteressado da regra.

### Capital científico e propensão a investir

A estrutura do campo científico se define, a cada momento, pelo estado das relações de força entre os protagonistas em luta, agentes ou instituições, isto é, pela estrutura da distribuição do capital específico, resultado das lutas anteriores que se encontra objetivado nas instituições e nas disposições e que comanda as estratégias e as chances objetivas dos diferentes agentes ou instituições. Basta perceber, aqui como em qualquer outro lugar, a relação dialética que se estabelece entre as es-

<sup>17</sup> O modelo aqui proposto explica perfeitamente — sem apelar para nenhuma determinante moral — o fato de que os laureados cedem o lugar de destaque mais frequentemente depois da obtenção do prêmio e de que sua contribuição para a pesquisa coroada de êxito é mais visivelmente marcante que a contribuição que eles tiveram em outras pesquisas coletivas.

truturas e as estratégias — por meio das disposições — para fazer desaparecer a antinomia entre a sincronia e a diacronia, entre a estrutura e a História. A estrutura da distribuição do capital científico está na base das transformações do campo científico e se manifesta por intermédio das estratégias de conservação ou de subversão da estrutura que ela mesma produz. Por um lado, a posição que cada agente singular ocupa num dado momento na estrutura do campo científico é a resultante, objetivada nas instituições e incorporada nas disposições, do conjunto de estratégias anteriores desse agente e de seus concorrentes (elas próprias dependentes da estrutura do campo, pois resultam das propriedades estruturais da posição a partir da qual são engendradas). Por outro lado, as transformações da estrutura do campo são o produto de estratégias de conservação ou de subversão que têm seu princípio de orientação e eficácia nas propriedades da posição que ocupam aqueles que as produzem no interior da estrutura do campo.

Isso significa que, num determinado estado do campo, os investimentos dos pesquisadores dependem tanto na sua importância (medida, por exemplo, em tempo dedicado à pesquisa) quanto na sua natureza (e, particularmente, no grau do risco assumido) da importância de seu capital atual e potencial de reconhecimento e de sua posição atual e potencial no campo. Segundo uma lógica muitas vezes observada, as aspirações — o que chamamos muitas vezes de “ambições científicas” — são tanto mais altas quanto o capital de reconhecimento é elevado: a posse do capital que o sistema escolar confere, sob a forma de um título raro, desde o começo da carreira científica, implica e supõe — através de mediações complexas — a busca de objetivos elevados, socialmente desejados e garantidos por esse título. Assim, tentar medir a relação estatística que se estabelece entre o prestígio de um pesquisador e o prestígio de seus títulos escolares de origem (Grande escola ou faculdade francesa, universidade que conferiu o doutoramento nos EUA), *uma vez controlados os efeitos de sua produtividade*<sup>16</sup>, é assumir implicitamente a hipótese de que a produção e o prestígio atual são independentes (entre eles) e independentes dos títulos de origem. De fato, à medida que o título, enquanto capital escolar reconversível em capital universitário e científico, encerra uma trajetória provável, ele comanda, por meio das “aspirações razoáveis” que ele autoriza, toda a relação com a carreira científica — escolha dos assuntos mais ou menos “ambiciosos”,

<sup>16</sup> Ver, por exemplo, HARGENS, L. L. e HAGSTROM, W. D. Sponsored and contest mobility of american academic scientists. *Sociology of Education*, 40 (1), inverno 1967, p. 24-38.

uma maior ou menor produtividade etc. De maneira que -o efeito do prestígio das instituições não se exerce somente de maneira direta, "contaminando" o julgamento das capacidades científicas manifestadas na quantidade e na qualidade dos trabalhos, ou de maneira indireta, por meio de contatos com os mestres mais prestigiados que a elevada origem escolar garante (frequentemente associada a uma elevada origem social), mas ainda pela mediação da "causalidade do provável", isto é, pela virtude das aspirações que autorizam e que favorecem as chances objetivas (poderíamos fazer observações análogas a respeito dos efeitos da origem social para títulos escolares de origem semelhantes). Assim, a oposição, por exemplo, entre os investimentos seguros da pesquisa intensiva e especializada e os investimentos arriscados da pesquisa extensiva que pode conduzir a vastas sínteses teóricas (revolucionárias ou até ecléticas) tende a produzir a oposição entre trajetórias elevadas e trajetórias inferiores no campo escolar e científico<sup>19</sup>. Do mesmo modo, para compreender as transformações das práticas científicas que acompanham o avanço na carreira é preciso relacionar as diferentes estratégias científicas (por exemplo, os investimentos maciços e extensivos unicamente em pesquisas ou investimentos moderados e intensivos em pesquisas associados a investimentos na administração científica), não com os grupos de idade, posto que cada campo define suas próprias leis de envelhecimento social<sup>20</sup>, mas com a importância do capital possuído, que, definindo a cada momento as chances objetivas de lucro, define as estratégias "razoáveis" de investimento ou desinvestimento. Nada é mais artificial que descrever as propriedades genéricas das diferentes fases da "carreira científica"<sup>21</sup>. Ainda que se trate da "carreira média" num

<sup>19</sup> Ver BOURDIEU, P., BOLTANSKI, L. e MALDIÉRIER, P. *La défense du corps. Information sur les Sciences Sociales*, 10 (4), p. 45-86.

<sup>20</sup> A análise estatística mostra, por exemplo, que, para o conjunto das gerações passadas, a idade de produtividade científica máxima se situa entre 26 e 30 anos para os químicos, entre 30 e 34 para os físicos e os matemáticos, entre 35 e 39 para os bacteriologistas, os geólogos e os fisiologistas (LEHMAN, H. C. *Age and achievement*. Princeton, Princeton University Press, 1953).

<sup>21</sup> Ver REIF, F. e STRAUSS, A. *The impact of rapid discovery upon the scientist's career. Social Problems*, inverno, 1965, p. 297-311. A comparação sistemática deste artigo — para o qual o físico colaborou com o sociólogo — com o que escrevia o físico alguns anos antes, forneceria ensinamentos excepcionais sobre o funcionamento do pensamento sociológico americano. Basta indicar que a "conceitualização" (isto é, a tradução de conceitos para o jargão da disciplina) tem, como contrapartida, o desaparecimento total da referência ao campo no seu conjunto e, em particular, ao sistema de trajetórias (ou de carreiras) que confere, a cada carreira singular, suas propriedades mais importantes.

campo particular<sup>22</sup>. Com efeito, toda carreira se define fundamentalmente pela posição que ela ocupa na estrutura do sistema de carreiras possíveis<sup>23</sup>. Existem tantos tipos de trajetórias quantas maneiras de entrar, de se manter e de sair da pesquisa. Toda descrição que se limita às características gerais de uma carreira qualquer faz desaparecer o essencial, isto é, as *diferenças*. O decréscimo da quantidade e da qualidade do trabalho científico com a idade, que podemos observar no caso das carreiras "médias" e que aparentemente se compreende se admitimos que o crescimento do capital de consagração tende a reduzir a urgência da alta produtividade que foi necessária para obtê-lo, só se torna completamente inteligível se compararmos as carreiras médias com as carreiras mais elevadas, que são as únicas a conferir até o fim os lucros simbólicos necessários à reativação contínua da propensão a investir, retardando, assim, continuamente o desinvestimento.

### A ordem (científica) estabelecida

A forma que reveste a luta inseparavelmente científica e política pela legitimidade depende da estrutura do campo, isto é, da estrutura da distribuição do capital específico de reconhecimento científico entre os participantes na luta. Esta estrutura pode teoricamente variar entre dois limites teóricos, de fato jamais alcançados: de um lado, a situação de monopólio de capital específico de autoridade científica, de outro a situação de concorrência perfeita supondo a distribuição equitativa desse capital entre todos os concorrentes. O campo científico é sempre o lugar de uma *luta, mais ou menos desigual*, entre agentes desigualmente dotados de capital específico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico que o conjunto dos concorrentes produz pela sua *colaboração objetiva* ao colocarem em ação o conjunto dos meios de produção científica disponíveis. Em todo campo se põem, com *forças mais ou menos desiguais* segundo a estrutura da distribuição do capital no campo (grau de homogeneidade), os dominantes, ocupando as posições mais altas na estrutura de distribuição de

<sup>22</sup> Ver GLASER, B. G. Variations in the importance of recognition in scientist's career. *Social Problems*, 10 (3), inverno 1963, p. 268-76.

<sup>23</sup> Para evitar refazer, aqui, toda a demonstração, contento-me em remeter a BOURDIEU, P. Les catégories de l'entendement professoral. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 3, maio 1975, p. 68-93.

capital científico, e os dominados, isto é, os novatos, que possuem um capital científico tanto mais importante quanto maior a importância dos recursos científicos acumulados no campo.

Tudo parece indicar que, à medida que crescem os recursos científicos acumulados, e que, em consequência da elevação correlativa do direito de entrada, eleva-se o grau de homogeneidade entre os concorrentes, a concorrência científica tende a distinguir-se em sua forma e intensidade daquela que se observava em estados anteriores desses mesmos campos ou em outros campos onde os recursos acumulados são menos importantes e o grau de heterogeneidade mais elevado. Esquecendo de levar em conta essas propriedades estruturais e morfológicas dos diferentes campos (o que mais ou menos eles sempre fazem), os sociólogos da ciência se expõem a universalizar um caso particular. É assim que a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão — que será analisada a seguir — tende a se enfraquecer na medida em que a homogeneidade do campo cresce e que decresce correlativamente a probabilidade das *grandes revoluções periódicas em proveito das inúmeras pequenas revoluções permanentes*.

Na luta que os opõem, os dominantes e os pretendentes — os novatos, como dizem os economistas — recorrem a estratégias antagônicas profundamente opostas em sua lógica e no seu princípio. Os interesses (no duplo sentido da palavra) que os motivam e os meios que eles podem colocar em ação para satisfazê-los dependem estreitamente de sua posição no campo, isto é, de seu capital científico e do poder que ele lhes confere sobre o campo da produção e circulação científicas e sobre os lucros que ele produz. Os dominantes consagram-se às *estratégias de conservação*, visando assegurar a perpetuação da ordem científica estabelecida com a qual compactuam. Essa ordem não se reduz, conforme comumente se pensa, à *ciência oficial*, conjunto de recursos científicos herdados do passado que existem no *estado objetivado* sob forma de instrumentos, obras, instituições etc., e no *estado incorporado* sob forma de hábitos científicos, sistemas de esquemas gerados de percepção, de apreciação e de ação, que são o produto de uma forma específica de ação pedagógica e que tornam possível a escolha dos objetos, a solução dos problemas e a avaliação das soluções. Essa ordem engloba também o conjunto das instituições encarregadas de assegurar a produção e a circulação dos bens científicos ao mesmo tempo que a reprodução e a circulação dos produtores (ou reprodutores) e consumidores desses

bens, isto é, essencialmente o sistema de ensino, único capaz de assegurar à ciência oficial a permanência e a consagração, inculcando sistematicamente *habitus* científicos ao conjunto dos destinatários legítimos da ação pedagógica, em particular a todos os novatos do campo da produção propriamente dito. Além das instâncias especificamente encarregadas da consagração (academias, prêmios etc.), ele compreende ainda as revistas científicas que, pela seleção que operam em função de critérios dominantes, consagram produções conformes aos princípios da ciência oficial, oferecendo, assim, continuamente, o exemplo do que merece o nome de ciências, e exercendo uma censura de fato sobre as produções heréticas, seja rejeitando-as expressamente ou desencorajando simplesmente a intenção de publicar pela definição do publicável que elas propõem<sup>24</sup>.

É o campo que designa a cada agente suas estratégias, ainda que se trate da que consiste em derrubar a ordem científica estabelecida. Segundo a posição que eles ocupam na estrutura do campo (e, sem dúvida, também segundo as variáveis secundárias tais como a trajetória social, que comanda a avaliação das oportunidades), os "novatos" podem orientar-se para as colocações seguras das *estratégias de sucessão*, próprias para lhes assegurar, ao término de uma carreira previsível, os lucros prometidos aos que realizam o ideal oficial da excelência científica pelo preço de inovações circunscritas aos limites autorizados; ou para as *estratégias de subversão*, investimentos infinitamente mais custosos e arriscados que só podem assegurar os lucros prometidos aos detentores do monopólio da legitimidade científica em troca de uma redefinição completa dos princípios de legitimação da dominação. Os novatos que recusam as carreiras traçadas só poderão "vencer os dominantes em seu próprio jogo" se empenharem um suplemento de investimentos propriamente científicos sem poder esperar lucros importantes, pelo menos a curto prazo, posto que eles têm contra si toda a lógica do sistema.

---

<sup>24</sup> Sobre a ação de "filtragem" dos comitês de redação das revistas científicas (em ciências sociais), ver CRANE, D. The gate-keepers of science: some factors affecting the selection of articles for scientific journals. *American Sociologist*, II, 1967, p. 195-201. Tudo permite pensar que, em matéria de produção científica como em matéria de produção literária, os autores selecionam, consciente ou inconscientemente, os lugares de publicação em função da idéia que eles têm de suas "normas". Tudo nos leva a pensar que a auto-eliminação, evidentemente menos perceptível, é ao menos tão importante quanto a eliminação expressa (sem falar do efeito que produz a imposição de uma norma do publicável).

Por um lado, a invenção segundo uma arte de inventar já inventada, que, resolvendo os problemas susceptíveis de serem colocados nos limites da problemática estabelecida pela aplicação de métodos garantidos (ou trabalhando para salvaguardar os princípios contra as contestações heréticas), tende a fazer esquecer que ela só resolve os problemas que pode colocar ou só coloca os problemas que pode resolver. Por outro lado, a invenção herética que, colocando em questão os próprios princípios da antiga ordem científica, instaura uma alternativa nítida, sem compromisso possível, entre dois sistemas mutuamente exclusivos. Os fundadores de uma ordem científica herética rompem o contrato de troca que os candidatos à sucessão aceitam ao menos tacitamente: não reconhecendo senão o princípio da legitimação que pretendem impor, eles não aceitam entrar no ciclo das *trocas de reconhecimento* que assegura a transmissão regularizada da autoridade científica entre os detentores e os pretendentes (quer dizer, muito freqüentemente, entre membros de gerações diferentes, o que leva muitos observadores a reduzirem os conflitos de legitimidade a conflitos de geração). Recusando todas as cauções e garantias que a antiga ordem oferece, recusando a participação (progressiva) ao capital coletivamente garantido que se realiza segundo procedimentos regulados de um dos contratos de delegação, eles realizam a acumulação inicial através de um golpe de força, por uma ruptura desviando em proveito próprio o crédito de que se beneficiavam os antigos dominantes, sem conceder-lhes a contrapartida do reconhecimento que lhes oferecem aqueles que aceitam se inserir na continuidade de uma linhagem <sup>25</sup>.

Tudo leva a crer que a propensão às estratégias de conservação ou às estratégias de subversão é tanto mais dependente das disposições em relação à ordem estabelecida quanto maior for a dependência da ordem científica com relação à ordem social dentro da qual ela está inserida. Tem, portanto, fundamento supor que a relação que Lewis Feuer estabelece entre as inclinações universitária e politicamente subversivas do jovem Einstein e seu trabalho cientificamente revolucionário, vale, de certa maneira, *a fortiori* para as ciências como a biologia ou a sociologia que estão longe de terem alcançado o grau de autonomia da física dos tempos de Einstein. A oposição que esse autor estabelece entre as

<sup>25</sup> Veremos, adiante, a forma original que essa transmissão regulada do capital científico reveste, nos campos onde, como na física de hoje, a conservação e a subversão são quase indiscerníveis.

disposições revolucionárias de Einstein, membro, em sua juventude, de um grupo de estudantes judeus revoltados contra a ordem científica estabelecida e contra a ordem estabelecida, e as disposições reformistas que demonstra um Poincaré, perfeito representante da "república dos professores", homem da ordem e pela reforma ordenada, tanto na ordem política quanto na científica, não pode deixar de evocar a oposição homóloga entre Marx e Durkheim.

"Em seu esforço de reflexão original", diz Lewis Feuer, "Einstein foi apolado por um estranho pequeno círculo de jovens intelectuais, cheios de sentimentos de revolta social e científica própria de sua geração e que formavam uma contracomunidade científica fora da instituição oficial, um grupo de boêmios cosmopolitas levados, nesses tempos revolucionários, a considerar o mundo de uma maneira nova" <sup>26</sup>.

Superando a oposição ingênua entre *habitus* individuais e condições sociais de sua realização, Lewis Feuer sugere a hipótese, corroborada pelos recentes trabalhos sobre o sistema de ensino científico <sup>27</sup>, de que o fácil e rápido acesso às responsabilidades administrativas que se ofereciam na França aos alunos das Grandes Escolas científicas tendia a desencorajar a revolta contra a ordem (científica) estabelecida. Nos grupos de intelectuais marginais, ao contrário, a revolta encontrava um terreno favorável, posto que estes se achavam em situação de precário equilíbrio entre o sistema de ensino e a boémia revolucionária:

"Podemos, na verdade, arriscar a hipótese de que, precisamente porque a França era uma 'república de professores' e porque os mais brilhantes alunos da escola politécnica eram rapidamente absorvidos para a alta função militar e a engenharia civil, não seria verossímil que uma ruptura radical com os princípios recebidos pudesse ter lugar. Uma revolução científica encontra seu terreno mais fértil numa contracomunidade. Quando o jovem cientista encontra muito rapidamente responsabilidades administrativas, sua energia está menos disponível para a sublimação no radicalismo de uma pesquisa pura. Tratando-se da criatividade revolucionária, a própria abertura da administração francesa aos talentos científicos constitui, talvez, um fator explicativo do conservadorismo científico, mais importante que todos os outros fatores habitualmente adiantados."

<sup>26</sup> FEUER, L. S. The social roots of Einstein's theory of relativity. *Anal. of Science*, v. 27, n. 3, set. 1971, p. 278-98 e n. 4, dez. 1971, p. 313-44.

<sup>27</sup> Ver SAINT-MARTIN, M. de. *Les fonctions sociales de l'enseignement scientifique*. Paris-La Haye, Mouton, col. Cahiers du Centre de Sociologie Européenne, n. 8, 1971 e BOURDIEU, P. e SAINT-MARTIN, M. de. *Le système des grandes écoles et la reproduction de la classe dominante*, no prelo.

## Da revolução inaugural à revolução permanente

Quais são as condições sociais que devem ser preenchidas para que se instaure um jogo social onde prevaleça a idéia verdadeira, porque os que dele participam têm interesse na verdade, em vez de ter, como em outros jogos, a verdade de seus interesses? É evidente que não se trata de fazer desse universo social de exceção uma exceção das leis fundamentais de todo campo, e, em particular, da lei do interesse que pode conferir uma violência impiedosa às lutas científicas mais "desinteressadas" (o "desinteresse" não sendo senão, como vimos, um sistema de interesses específicos: tanto artísticos e religiosos quanto científicos, que a relativa indiferença para com os objetos ordinários do interesse, dinheiro, honras etc., implica). O fato de que o campo científico comporte sempre uma parte de arbitrário social na medida em que ele se serve dos interesses daqueles que, no campo e/ou fora dele, são capazes de receber os proveitos, não exclui que, sob certas condições, a própria lógica do campo (em particular, a luta entre dominantes e recém-chegados e a censura mútua que daí resulta) exerça um *desvio sistemático dos fins* que transforma continuamente a busca dos interesses científicos privados (no duplo sentido da palavra) em algo de proveitoso para o progresso da ciência <sup>28</sup>.

As teorias da ciência e de suas transformações predisõem-se a preencher funções ideológicas nas lutas dentro do campo científico (ou nos campos que pretendem a cientificidade, como o das ciências sociais) porque elas universalizam as propriedades ligadas a *estados particulares* desses campos: é o caso da teoria positivista que confere à ciência o poder de resolver todas as questões que ela coloca (desde que cientificamente colocadas) e de impor, pela aplicação de critérios objetivos, o consenso sobre suas soluções; inscreve, assim, o progresso na rotina da "ciência normal" e age como se pudesse passar de um sistema para outro — de Newton a Einstein, por exemplo — pela simples acumulação de conhecimentos, pelo refinamento das medidas e pela retificação dos princípios. O mesmo pode ser dito da teoria de Kuhn que, válida para as revoluções inaugurais da ciência debutante (de que a revolução copernicana nos dá o paradigma no verdadeiro sentido da palavra) retoma

<sup>28</sup> É tal mecanismo que tende a assegurar o controle das relações com o universo exterior, com os leigos. (Ver BOLTANSKI, L. e MALDIDIER, P. Op. cit.)

simplesmente o modelo positivista invertido<sup>29</sup>. Na verdade, o campo da astronomia onde se dá a revolução copernicana se opõe ao campo da física do mesmo modo que o mercado "submerso nas relações sociais" (*embedded in social relationships*) das sociedades arcaicas se opõe, segundo Polanyi, ao "mercado auto-regulado" (*self-regulating market*) das sociedades capitalistas. Não é por acaso que a revolução copernicana implica a reivindicação expressa de autonomia por um campo científico ainda "imerso" no campo religioso e no campo da filosofia e, por seu intermédio, no campo da política. Esta reivindicação implica a afirmação do direito dos cientistas a decidir as questões científicas ("a matemática aos matemáticos") em nome da legitimidade específica que lhes confere sua competência.

Enquanto o método científico e a censura e/ou a assistência que ele impõe ou propõe não estejam objetivados em mecanismos e em disposições, as rupturas científicas tomam necessariamente a forma de revoluções contra a instituição, e as revoluções contra a ordem científica estabelecida permanecem inseparáveis das revoluções contra a ordem estabelecida. Quando, ao contrário, graças a essas revoluções originárias, se encontra excluído qualquer recurso a armas ou poderes, ainda que puramente simbólicos, diferentes dos que são comuns ao campo, o próprio funcionamento deste passa a definir cada vez mais completamente não apenas a ordem ordinária da "ciência normal", mas também as rupturas extraordinárias, essas "revoluções ordenadas", como diz Bachelard, que estão inscritas na lógica da história da ciência, isto é, da polêmica científica<sup>30</sup>. Quando o método está inscrito nos mecanismos do campo, a revolução contra a ciência instituída se opera com a assistência de uma instituição que fornece as condições institucionais da

<sup>29</sup> Não há dúvida, com efeito, que a filosofia da história da ciência proposta por Kuhn, com a alternância de concentração monopolística (paradigma) e de revolução, deve muito ao caso particular da revolução "copernicana" tal qual ele a analisa e que considera "típica de qualquer revolução maior da ciência" (KUHN, T. S. *La révolution copernicienne*. Paris, Fayard, 1973. p. 153 e 162): sendo ainda muito fraca, a autonomia relativa da ciência em relação ao poder e, em particular, em relação à Igreja, a revolução científica (na astronomia matemática) passa pela revolução política e supõe uma revolução de todas as disciplinas científicas que pode ter efeitos políticos.

<sup>30</sup> Além de Bachelard e Reif, D. Bloor percebeu que as transformações na organização social da ciência determinaram uma transformação na natureza das revoluções científicas (ver BLOOR, D. *Essay Review: two paradigms for scientific knowledge? Science Studies*, 1, 1971, p. 101-15).

ruptura; o campo torna-se o lugar de uma revolução permanente, mas cada vez mais desprovida de efeitos políticos. É por isto que esse universo da revolução permanente pode ser também, sem contradição, o do "dogmatismo legítimo"<sup>81</sup>: o equipamento científico necessário à revolução científica só pode ser adquirido na e pela cidadela científica. Na medida em que aumentam os recursos científicos acumulados, torna-se cada vez mais importante o capital científico incorporado necessário para apropriá-los e ter, assim, acesso aos problemas e instrumentos científicos, isto é, à luta científica (direito de entrada)<sup>82</sup>. Segue-se daí que a revolução científica não interessa aos mais desprovidos, mas aos que são, ao contrário, entre os novatos, os mais ricos cientificamente<sup>83</sup>. A antinomia entre ruptura e continuidade se enfraquece num campo que, ignorando a distinção entre as fases revolucionárias e a "ciência normal", encontra na ruptura contínua o verdadeiro princípio de sua continuidade; correlativamente, a oposição entre as estratégias de sucessão e as estratégias de subversão tendem cada vez mais a perder seu sentido posto que a acumulação do capital necessário à realização das revoluções e do capital que as revoluções permitem obter tende sempre, cada vez mais, a se realizar segundo os padrões regulamentados de uma carreira<sup>84</sup>.

A transmutação do antagonismo anárquico dos interesses particulares em dialética científica torna-se cada vez mais total à medida que o inte-

<sup>81</sup> BACHELARD, G. *Le matérialisme rationnel*. Paris, P. U. F., 1953. p. 41.

<sup>82</sup> A principal censura é constituída por esse direito de entrada, isto é, pelas condições de acesso ao campo científico e ao sistema de ensino que a ele dá acesso. É o caso de se interrogar sobre as propriedades que as ciências da natureza (sem falar das ciências do homem, onde, pela fragilidade dos métodos, a maior liberdade é deixada aos *habitus*) devem seu recrutamento social, *grasso modo*, às condições de acesso ao ensino superior (ver SAINT-MARTIN, M. de. Op. cit.).

<sup>83</sup> Sabe-se que as próprias *revoluções inaugurais* que dão nascimento a um novo campo, constituindo, pela ruptura, um novo domínio de objetividade, se devem quase sempre aos detentores de um grande capital científico que, em virtude de variáveis secundárias (tais como o fato de pertencer a uma classe social ou a uma etnia improvável nesse universo) se encontram numa posição de desequilíbrio própria a favorecer uma inclinação revolucionária: é o caso, por exemplo, dos novatos que importam para um campo o capital acumulado num campo socialmente superior (ver BEN-DAVID, J. Roles and innovation in medicine. *American Journal of Sociology*, 65, 1960, p. 557-68 e BEN-DAVID, J. e COLLINS, R. Social factors in origins of a new science: the case of psychology. *American Sociological Review*, 31, 1966, p. 451-65).

<sup>84</sup> Vimos, acima, a descrição que Reif nos dá sobre a forma mais frequente que a acumulação de capital toma em tal estado do campo.

resse que todo produtor de bens simbólicos tem em produzir produtos "que não sejam somente interessantes para ele mesmo," como afirma Fred Reif, "mas também importantes para os outros" (produtos próprios a obter dos outros que reconheçam a sua importância e a de seu autor) se choca com concorrentes mais capazes de colocar os mesmos meios a serviço das mesmas intenções — o que leva, cada vez mais frequentemente, com as descobertas simultâneas, ao sacrifício dos interesses de um dos produtores ou dos dois<sup>85</sup>; ou, dito de outro modo, na medida em que o interesse privado que cada agente singular tem em combater e dominar seus concorrentes para obter deles o reconhecimento está munido de todo um conjunto de instrumentos que conferem plena eficácia à sua intenção polêmica dando-lhe todo o alcance universal de uma censura metódica. E, de fato, à medida que aumentam os recursos acumulados e o capital necessário à sua apropriação, o mercado onde o produto científico pode ser colocado se restringe, sem cessar, a concorrentes cada vez mais fortemente armados de instrumentos para criticá-lo racionalmente e desacreditar seu autor: o antagonismo, que é o princípio da estrutura e da transformação de todo campo social, tende a tornar-se cada vez mais radical e fecundo porque o *acordo forçado* onde se engendra a razão deixa cada vez menos lugar ao *impensado* e a *doxa*. A ordem coletiva da ciência se elabora na e pela anarquia concorrencial das ações interessadas, cada agente encontrando-se dominado — e, com ele, todo o grupo — pelo entrecruzamento aparentemente incoerente das estratégias individuais. Assim, a oposição entre os aspectos "funcionais" e "disfuncionais" do funcionamento de um campo científico dotado de uma grande autonomia não tem sentido: as tendências mais "disfuncionais" (por exemplo, a propensão ao segredo e a recusa de cooperação) estão inscritas nos próprios mecanismos que engendram as disposições mais "funcionais". Na medida em que o método científico se inscreve nos mecanismos sociais que regulam o funcionamento do campo e que se encontra, assim, dotado da objetividade superior de uma lei social imanente, pode realmente objetivar-se em instru-

---

<sup>85</sup> Existe um consenso, com efeito, de que a luta científica se torna cada vez mais intensa (apesar das conseqüências da especialização que tende a reduzir, sem cessar, o universo dos concorrentes pela divisão em subcampos cada vez mais estreitamente especificados) na medida em que a ciência avança ou, mais precisamente, na medida em que os recursos científicos acumulados aumentam e que o capital necessário para realizar a invenção se torna mais larga e uniformemente distribuído entre os concorrentes pela ampliação do *direito de entrada* no campo.

mentos capazes de controlar e algumas vezes dominar aqueles que o utilizam e nas disposições duravelmente constituídas que a instituição escolar produz. Essas disposições encontram um reforço contínuo nos mecanismos sociais que, achando suporte no materialismo racional da ciência objetivada e incorporada, produzem controle e censura, mas também invenção e ruptura<sup>36</sup>.

## A ciência e os doxósofos

A ciência jamais teve outro fundamento senão o da crença coletiva em seus fundamentos, que o próprio funcionamento do campo científico produz e supõe. A própria orquestração objetiva dos esquemas práticos inculcados pelo ensinamento explícito e pela familiarização — fundamento do consenso do que está em jogo no campo, isto é, dos problemas, dos métodos e das soluções imediatamente percebidos como científicos — encontra seu fundamento no conjunto dos mecanismos institucionais que asseguram a seleção social e escolar dos pesquisadores (em função, por exemplo, da hierarquia estabelecida das disciplinas), a formação dos agentes selecionados, o controle do acesso aos instrumentos de pesquisa e de publicação etc.<sup>37</sup>. O campo de discussão que a ortodoxia e a heterodoxia desenham, através de suas lutas, se recorta sobre o fundo do campo da *doxa*, conjunto de pressupostos que os antagonistas admitem como sendo evidentes, aquém de qualquer discussão, porque constituem a condição tácita da discussão<sup>38</sup>: a censura que a

<sup>36</sup> O conjunto dos processos que acompanham a autonomização do campo científico mantém relações dialéticas: assim, a ampliação contínua do direito de entrada que a acumulação de recursos específicos implica contribui em troca para a autonomização do campo científico instaurando, indiretamente, um corte social como o mundo profano dos leigos.

<sup>37</sup> O *habitus* primeiro produzido pela educação de classe e o *habitus* secundário inculcado pela educação escolar contribuem, com pesos diferentes no caso das ciências sociais e das ciências da natureza, para determinar uma adesão pré-reflexiva aos pressupostos tácitos do campo (sobre o papel da socialização, ver HAOSTROM, W. D. *Sponsored and contest mobility...*, cit., p. 9 e KUNN, T. S. *The function of dogma in scientific research*. In: CROMBIE, A. C., org. *Scientific change*. Londres, Heineman, 1963. p. 347-69).

<sup>38</sup> Vemos o que poderia tornar-se a etnometodologia (mas seria ela ainda uma etnometodologia?) se elaoubesse que aquilo que ela toma como objeto, o *taken for granted* de Schutz, é a adesão pré-reflexiva à ordem estabelecida.

ortodoxia exerce — e que a heterodoxia denuncia — esconde uma censura ao mesmo tempo mais radical e invisível porque constitutiva do próprio funcionamento do campo, que se refere ao conjunto do que é admitido pelo simples fato de pertencer ao campo, o conjunto do que é colocado fora da discussão pelo fato de aceitar o que está em jogo na discussão, isto é, o consenso sobre os objetos da dissensão, os interesses comuns que estão na base dos conflitos de interesse, todo o não-discutido, o não-pensado, tacitamente mantidos fora dos *limites* da luta<sup>20</sup>.

Dependendo do grau de autonomia do campo com relação às determinações externas, é maior a parte de arbitrário social englobada ao sistema de pressupostos constitutivos do campo considerado. Isto significa que, no espaço abstrato da teoria, qualquer campo científico — o das ciências sociais ou da matemática, hoje, ou o da alquimia ou da astronomia matemática do tempo de Copérnico — pode estar situado em algum ponto entre os dois limites representados, de um lado, pelo campo religioso (ou o campo da produção literária), no qual a verdade oficial nada mais é do que a imposição legítima (isto é, arbitrária, e não reconhecida enquanto tal) de um arbitrário cultural exprimindo o interesse específico dos dominantes — dentro do campo e fora dele — e, de outro lado, por um campo científico que baniria qualquer elemento de arbitrário (ou de não-pensado) social e onde os mecanismos sociais realizariam a imposição necessária das normas universais da razão.

A questão que assim se coloca é a do grau de arbitrário social da *crença* que o funcionamento do campo produz e que é a condição de seu funcionamento ou, o que dá no mesmo, a questão do grau de autonomia do campo (em relação, primeiro, à demanda social da classe dominante) e das condições sociais, internas e externas, dessa autonomia. O princípio de todas as diferenças entre *campos científicos* — capazes de produzir e de satisfazer um interesse propriamente científico e de manter, assim, um processo dialético interminável — e *campos de produção de discurso eruditos* — onde o trabalho coletivo só tem por efeito e função perpetuar o campo idêntico a ele mesmo, produzindo, tanto dentro quanto fora, a crença no valor autônomo dos objetivos e dos

---

<sup>20</sup> No campo da produção ideológica (do qual participam ainda os diferentes campos da produção de discursos científicos ou letrados), o fundamento do consenso na dissensão que define a *doxa* reside, como veremos, na relação censurada do campo de produção do poder (isto é, na função oculta do campo da luta de classes).

objetos que ele produz — reside na relação de *dependência pela aparência de independência* em relação às demandas externas: os doxósofos, cientistas aparentes e cientistas da aparência, só podem legitimar o despojamento que eles operam pela constituição arbitrária de um saber esotérico inacessível ao profano e a delegação que eles exigem ao se arrogarem o monopólio de certas práticas ou a reflexão sobre elas, com a condição de imporem a crença de que sua falsa ciência é perfeitamente independente das demandas sociais e que ela só satisfaz tão bem porque afirma sua grande recusa de servi-las.

De Heidegger falando das “massas” e das “elites” na linguagem altamente eufemística do “autêntico” e do “inautêntico” aos politicólogos americanos, reproduzindo a visão oficial do mundo social nas semi-abstrações de um discurso descritivo-normativo, é sempre a mesma estratégia da *falsa ruptura* que define o *jargão erudito* por oposição à linguagem científica. Onde a linguagem científica coloca aspas, como observa Bachelard, para assinalar que as palavras da linguagem ordinária ou da linguagem científica anterior que ela conserva estão completamente redefinidas e retiram seu sentido do novo sistema teórico<sup>40</sup>, a linguagem erudita usa aspas ou neologismos somente para manifestar simbolicamente uma distância e uma ruptura fictícias em relação ao senso comum: não dispondo de nenhuma autonomia real, ela só pode, com efeito, produzir completamente seu efeito ideológico conservando-se suficientemente transparente para continuar evocando a experiência e a expressão ordinária que ela define e *denega*.

As estratégias da falsa ruptura exprimem a verdade objetiva de campos que só dispõem de uma *falsa autonomia*: com efeito, enquanto a classe dominante concede às ciências da natureza uma autonomia que se mede pelo seu grau de interesse nas aplicações das técnicas científicas na economia, ela nada tem a esperar das ciências sociais, a não ser, no melhor dos casos, uma contribuição particularmente preciosa para a legitimação da ordem estabelecida e um reforço do arsenal dos instrumentos simbólicos de dominação. O desenvolvimento tardio e sempre ameaçado das ciências sociais aí está para testemunhar que o progresso em direção à autonomia real — que condiciona e supõe, ao mesmo tempo, a instauração de mecanismos constitutivos de um campo científico auto-regulado e autárquico — se choca, necessariamente, com obstáculos desconhecidos

<sup>40</sup> BACHELARD, G. Op. cit., p. 216-17.

alhores: e não pode ser de outro modo, porque o que está em jogo na luta interna pela autoridade científica no campo das ciências sociais, isto é, o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social, é o que está em jogo entre as classes no campo da política<sup>41</sup>. Segue-se daí que as posições na luta interna não podem jamais atingir o grau de independência com relação às posições nas lutas externas que se observa no campo das ciências da natureza. A idéia de uma ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite fazer passar por científico uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente porque particularmente *irreconhecível*, da representação dominante do mundo social<sup>42</sup>. Desvendando os mecanismos sociais que asseguram a manutenção da ordem estabelecida, cuja eficácia propriamente simbólica repousa no desconhecimento de sua lógica e de seus efeitos, fundamento de um reconhecimento sutilmente extorquido, a ciência social toma necessariamente partido na luta política. Portanto, quando ela consegue instaurar-se (o que supõe certas condições preenchidas, correlativas a um estado determinado da relação de forças entre as classe), a luta entre a ciência e a falsa ciência dos doxósofos (que podem reclamar para si as mais revolucionárias tradições teóricas) traz, necessariamente, uma contribuição para a luta entre as classes, que, pelo menos neste caso, não tem igualmente o mesmo interesse em relação à verdade científica.

A questão fundamental da sociologia da ciência toma, no caso das ciências sociais, uma forma particularmente paradoxal: Quais são as condições sociais de possibilidade do desenvolvimento de uma ciência liberta das pressões e das demandas sociais, sabendo que, neste caso, os progressos no sentido da racionalidade científica não são progressos no sentido da neutralidade política? Não se pode negar a questão. É o que

<sup>41</sup> Assim, os sistemas de classificação (taxionomias), que são uma das questões essenciais da luta ideológica entre as classes (ver BOURDIEU, P. e BOLTANSKI, L. *Le titre et le poste: rapports entre le système de production et le système de reproduction. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2, 1975, p. 95-107), constituem, através das tomadas de posição a respeito da existência ou da não-existência das classes sociais — um dos grandes princípios de divisão do campo sociológico (ver BOURDIEU, P. *Classes et classement. Minuit*, 5, 1973, p. 22-4 e COXON, A. P. A. e JONES, C. L. *Occupational categorization and images of society. Working Paper*, n. 4, Project on Occupational Cognition, Edinburgh, Edinburgh University Press, 1974).

<sup>42</sup> Segue-se daí que a sociologia da ciência (e, em particular, da relação que a ciência social mantém com a classe dominante) não é uma especialidade entre outras, mas faz parte das condições de uma sociologia científica.

fazem, por exemplo, aqueles que imputam as particularidades das ciências sociais ao fato de sua recentidade, em nome de uma filosofia ingenuamente evolucionista que coloca a ciência oficial no termo da evolução. Na verdade, a teoria do *atraso* só é verdadeira, paradoxalmente, no caso da sociologia oficial e, mais precisamente, da sociologia oficial da sociologia. Basta, com efeito, ter em mente as célebres análises de Alexander Gerschenkron sobre o "atraso econômico", para compreender os traços mais característicos dessas formas particulares de discurso erudito que são as *falsas ciências*. Gerschenkron nota, com efeito, que, quando o processo de industrialização começa *com atraso*, ele apresenta diferenças sistemáticas em relação àqueles que se deram em países mais desenvolvidos, não somente no que concerne às "estruturas produtivas e organizacionais", isto porque ele coloca em ação "instrumentos institucionais" originais e porque se desenvolve num clima ideológico diferente<sup>43</sup>. É a existência de ciências mais avançadas — grandes fornecedoras não somente de métodos e de técnicas geralmente empregadas fora das condições técnicas e sociais de validade, mas também de exemplos — que permite à sociologia oficial atribuir-se aparências de cientificidade: a ostentação de autonomia pode tomar, aqui, uma forma sem precedentes, de que o esoterismo, sabiamente fomentado das velhas tradições letradas, representa uma pobre antecipação. A sociologia oficial visa não a se realizar enquanto ciência, mas a realizar a imagem oficial da ciência que a sociologia oficial da ciência, espécie de instância jurídica que a *comunidade* (a palavra se aplica perfeitamente neste caso) dos sociólogos oficiais se atribui, tem por função fornecer-lhe, ao preço de uma reinterpretação positivista da prática científica das ciências da natureza.

Para ficarmos completamente convencidos da função ideológica justificadora que a história social das ciências sociais preenche, tal como é praticada no *establishment* americano<sup>44</sup>, bastaria recensear o

<sup>43</sup> GERSCHENKRON, A. *Economic backwardness in historical perspective*. Cambridge, Harvard University Press, 1962. p. 7.

<sup>44</sup> A filosofia da história que persegue a história social da ciência social encontra uma expressão paradigmática na obra de Terry Clark que Paul Vogt caracteriza sociologicamente, numa resenha, com dois adjetivos: "Terry N. Clark's long-awaited, much circulated in manuscript *Prophets and Patrons*". (Ver CLARK, T. N. *Prophets and patrons, the french university and the emergency of the social science*. Cambridge, Harvard University Press, 1973 e CHAMBOREDON, J. C. *Sociologie de la sociologie et intérêts sociaux des sociologues. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2, 1975, p. 2-17.)

conjunto dos trabalhos direta ou indiretamente consagrados à *competição*, palavra-chave de toda sociologia da ciência americana que, na sua obscuridade de conceito nativo promovido à dignidade científica, condensa todo o não-pensado (a *doxa*) dessa sociologia. A tese segundo a qual produtividade e competição estão diretamente ligadas <sup>46</sup> inspira-se numa teoria funcionalista da competição, variante sociológica da crença nas virtudes do "mercado livre". A palavra inglesa *competition* designa também o que chamamos de concorrência: reduzindo toda competição a *competição entre universidades* ou fazendo da competição entre universidades a condição da competição entre pesquisadores, nunca nos questionamos sobre os obstáculos à *competição* científica, imputáveis à *competição* ao mesmo tempo *econômica e científica* que tem lugar no *academic market place*.

A *competição* que essa ciência institucional reconhece é a competição que se dá dentro dos limites da conveniência social que faz tanto mais fortemente obstáculo à verdadeira competição científica — capaz de colocar em questão a ortodoxia — quanto mais carregado de arbitrário social for o universo em que estivermos situados. Pode-se compreender, portanto, que a exaltação da unanimidade do "paradigma" possa coincidir com a exaltação da competição — ou, ainda, que se possa, segundo os autores, censurar a sociologia européia por pecar pelo excesso ou pela falta de competição.

Além das ferramentas e das técnicas — computadores e programas de reprocessamento *automático* dos dados, por exemplo — a sociologia oficial toma emprestado da imaginação positivista um modelo de prática científica representada com todos os atributos simbólicos da respeitabilidade científica: máscaras e artifícios tais como os *gadgets* tecnológicos e o *kitsh* retórico, e um modelo da organização do que ela chama de "comunidade científica", concebido pela sua pobre ciência das organizações. Mas a sociologia oficial não tem o monopólio das leituras interessadas da história da ciência: a dificuldade particular que

---

<sup>46</sup> Joseph Ben-David tem o mérito de dar a essa tese sua forma mais direta: o alto grau de competição que caracteriza a universidade americana explica sua maior produtividade científica e sua maior flexibilidade (BEN-DAVID, J. Scientific productivity and academic organization in nineteenth century medicine. *American Sociological Review*, 25, 1960, p. 828-43); *Fundamental research and the universities*. Paris, O. C. D. E., 1968; BEN-DAVID, J. e ZLOZZOWER, Avraham, Universities and academic systems in modern societies. *European Journal of Sociology*, 3, 1962, p. 45-84).

a sociologia tem em pensar *cientificamente a ciência* relaciona-se com o fato de que ela está situada na parte mais baixa da hierarquia social das ciências. Seja elevando-se para pensar as ciências mais científicas, melhor do que elas próprias o fazem, seja abaixando-se para registrar a imagem triunfante que a hagiografia científica produz e propaga, a sociologia tem sempre a mesma dificuldade de se pensar enquanto ciência, isto é, pensar sua posição na hierarquia social das ciências.

Isso pode ser visto, com toda clareza, nas reações que o livro de Thomas Kuhn <sup>46</sup> suscitou e que dariam um material experimental de grande qualidade para uma análise empírica das ideologias da ciência e de suas relações com a posição de seus autores no campo científico. É verdade que esse livro, que nunca se sabe se está descrevendo ou prescrevendo a lógica da mudança científica <sup>47</sup>, convida os leitores a nele procurarem respostas à questão da boa ou má ciência <sup>48</sup>. Por parte daquele que a linguagem nativa chama de "radicais", leu-se no livro de Thomas Kuhn um convite à "revolução" contra o "paradigma" <sup>49</sup>, ou uma justificação do pluralismo liberal das *world-views* <sup>50</sup>; duas tomadas de posição correspondendo, sem dúvida, a diferentes posições no campo. Por parte dos mantenedores da ordem científica estabelecida, nele leu-se um convite para tirar a sociologia de uma fase "pré-paradigmática" impondo-lhe uma constelação unificada de crenças, de valores e de técnicas que simboliza a tríade capitolina de Parsons e de Lazarsfeld reconciliados com Merton. A exaltação da quantificação, da formalização e da neutralidade ética, o desdém pela "filosofia" e a rejeição da ambição sistemática em pro-veito da minúcia da verificação empírica e da tímida conceptualização dita

---

<sup>46</sup> KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*, cit.

<sup>47</sup> Exemplo de prescrição larvar: a existência de um paradigma é um sinal de maturidade científica.

<sup>48</sup> Mais ainda do que nesse livro — cujas teses fundamentais não têm nada de radicalmente novo, ao menos para os leitores de Bachelard, objeto, ele próprio, pouco mais ou menos no mesmo momento e numa outra tradição, de uma captação semelhante — a intenção normativa pode ser notada em dois artigos de T. S. Kuhn onde ele descreve as funções positivas para o desenvolvimento científico de um pensamento "convergente" e sustenta que a adesão dogmática a uma tradição é favorável à pesquisa (KUHN, T. S. *The function of dogma in scientific research*, cit., p. 347-69 e *The essential tension: tradition and innovation in scientific research*. In: HUDSON, L., org. *The ecology of human intelligence*. Londres, Penguin, 1970. p. 342-59).

<sup>49</sup> Ver, por exemplo, GOULDNER, A. W. *The coming crisis of western sociology*, Nova York-Londres, Basic Books, 1970 e FRIEDRICH, R. W. *A sociology of sociology*, Nova York, Free Press, 1970.

<sup>50</sup> GELLNER, E. *Myth, ideology and revolution*. In: CRICK, B. e ROSSON, W. A., orgs. *Protest and discontent*. Londres, Penguin, 1970. p. 204-20.

152

operacional das "teorias de médio alcance", são os traços obtidos por um transmutação desesperadamente transparente do ser em dever-ser, que encontram sua justificação na necessidade de contribuir para o reforço dos "valores comunitários" tidos como condição de "ascensão".

Falsa ciência destinada a produzir e a manter a falsa consciência a sociologia oficial (de quem a politicologia é, hoje, o mais belo ornamento) deve ostentar objetividade e "neutralidade ética" (isto é, neutralidade na luta entre as classes cuja existência, por outro lado, ela nega) manter as aparências de uma *ruptura* categórica com a classe dominante e suas demandas ideológicas, multiplicando os sinais exteriores de cientificidade: temos, assim, do lado do "empírico", a *ostentação tecnológica* e, do lado da "teoria", a *retórica do "neo"* (florescente também no campo artístico) que imita a acumulação científica aplicando a uma obra ou a um conjunto de obras do passado <sup>51</sup> o procedimento tipicamente erudito da "releitura" — operação paradigmaticamente escolar de simples reprodução (ou de reprodução simples) feita para produzir, nos limites do campo e de suas crenças, as aparências da "revolução". É preciso analisar sistematicamente essa *retórica de cientificidade* através da qual a "comunidade" dominante produz a crença no valor científico de seus produtos e na autoridade científica de seus membros: seja por exemplo, o conjunto das estratégias destinadas a dar *aparência de acumulação*, tais como a referência às fontes canônicas, geralmente reduzidas, como se diz, à "sua mais simples expressão" (pensemos, por exemplo, no destino póstumo do *Suicídio*), isto é, protocolos insípidos imitando o frio rigor do discurso científico, e aos artigos recentes, na medida do possível, sobre o mesmo assunto (é conhecida a oposição entre as ciências "duras" — *hard* — e as ciências "brandas" — *soft*); ou ainda as *estratégias de fechamento*, que entendem marcar uma separação categórica entre a problemática científica e os debates profanos e mundanos (sempre presentes mas a título de "fantasmas na máquina"), isto muitas vezes pelo preço de simples retraduições lingüísticas; ou as *estratégias de denegação*, que florescem nos politicólogos, hábeis em realizar o ideal dominante da "objetividade" num discurso apolítico sobre a política onde a política recalcada só aparece sob aparências irreconhecíveis e, portanto, irrepreensíveis, da denegação politicológica <sup>52</sup>. Mas essas es-

<sup>51</sup> Ver PARSONS, T. *The structure of social action*. Nova York, Free Press, 1968.

<sup>52</sup> Ver BOURDIEU, P. *Les doxosophes*. *Minuit*, 1, 1973, p. 26-45 (em particular a análise do efeito Lipset).

estratégias preenchem, além disso, uma função essencial: a circulação circular dos objetos, das idéias, dos métodos e, sobretudo, do reconhecimento no interior de uma comunidade produz<sup>53</sup>, como todo *círculo de legitimidade*, um universo de crenças que encontram seu equivalente tanto no campo religioso quanto no campo da literatura ou da alta costura<sup>54</sup>.

Mas é preciso ainda evitar, aqui, dar à *falsa ciência oficial* a significação que lhe confere a crítica "radical". Apesar de sua discordância sobre o valor que eles conferem ao "paradigma", princípio de unificação necessário ao desenvolvimento de ciência num caso, força de repressão arbitrária no outro — ou alternadamente um e outro, para Kuhn — conservadores e "radicais", adversários e cúmplices, concordam de fato no essencial: pelo ponto de vista necessariamente unilateral que eles têm do campo científico ao escolher, pelo menos inconscientemente, um ou outro dos campos antagonistas, eles não podem perceber que o controle ou a censura não são exercidos por tal ou tal instância mas pela *relação objetiva entre adversários cúmplices*, que, pelo seu próprio antagonismo, delimitam o campo da discussão legítima, excluindo como sendo absurda, ou simplesmente impensável, qualquer tentativa de tomada de posição não prevista (neste caso particular, de colocar, por exemplo, a serviço de uma outra axiomática científica as ferramentas elaboradas pela ciência oficial)<sup>55</sup>.

Expressão levemente eufêmica dos interesses dos dominados do campo científico, a ideologia "radical" tende a tratar toda revolução contra a ordem científica estabelecida como revolução científica. Assim

<sup>53</sup> A sociologia oficial da ciência oferece uma justificação para cada um desses traços. Assim, por exemplo, o evitar problemas teóricos fundamentais encontra uma justificação na idéia de que, nas ciências da natureza, os pesquisadores não se preocupam com a filosofia da ciência (ver HAGSTROM, W. D. *Sponsored and contest mobility...*, cit., p. 277-79). Pode-se ver sem dificuldade o que a tal da sociologia da ciência deve à necessidade de legitimar um estado de fato e de transformar os limites a que está submetida em exclusões eletivas.

<sup>54</sup> Sobre a produção da crença e do fetichismo no campo da alta costura, ver BOURDIEU, P. e DELSAUT, Y. *Le couturier et sa griffe. Contribution à une théorie de la magie*, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1 (1), jan. 1975, p. 7-36.

<sup>55</sup> Tais pares epistemológicos, que são ao mesmo tempo pares sociológicos, funcionam em qualquer campo (ver, por exemplo, o *Positivismustreit*, que opõe Habermas e Popper no caso da Alemanha — mecanismo de derivação que, tendo sido testado na Europa, começa a fazer estragos nos EUA com a importação da Escola de Frankfurt).

ela faz, como se bastasse que uma "inovação" fosse excluída da ciência oficial para que ela pudesse ser considerada cientificamente revolucionária. A ideologia "radical" se omite, assim, de colocar a questão das condições sociais através das quais uma revolução contra a ordem científica estabelecida é também uma revolução científica e não uma simples heresia que visa derrubar a correlação de forças estabelecida no campo sem transformar os princípios sobre os quais repousa seu funcionamento<sup>56</sup>. Quanto aos dominantes, inclinados a admitir que a ordem científica na qual estão colocados todos os seus investimentos (no sentido da economia e da psicanálise) e de cujos lucros se apropriam é o dever-ser realizado, são logicamente levados a aderir à filosofia espontânea da ciência que se expressa na tradição positivista, forma de otimismo liberal que deseja que a ciência progrida pela força intrínseca da idéia verdadeira e que os mais "poderosos" sejam também os mais "competentes". Basta pensar nos antigos estados do campo das ciências da natureza ou no estado atual das ciências sociais para perceber a função ideológica de sociodicéia dessa filosofia da ciência que, dando o ideal por realizado, exclui a questão das condições sociais de realização desse ideal.

Ao se colocar que a própria sociologia da ciência funciona segundo as leis de funcionamento de todo campo científico, a sociologia da ciência não se condena de modo algum ao relativismo. Com efeito, uma sociologia científica da ciência (e a sociologia científica que ela contribui para tornar possível) só pode constituir-se com a condição de perceber claramente que às diferentes posições no campo científico associam-se representações da ciência, estratégias *ideológicas* disfarçadas em *tomadas de posição epistemológicas* através das quais os ocupantes de uma posição determinada visam justificar sua própria posição e as estratégias que eles colocam em ação para mantê-la ou melhorá-la e para desacreditar, ao mesmo tempo, os detentores da posição oposta e suas estratégias. Cada sociólogo é bom sociólogo de

---

<sup>56</sup> É preciso analisar todos os usos estratégicos que os dominados de um campo podem fazer da transfiguração ideológica de sua posição objetiva: por exemplo, a *exibição da exclusão* que permite aos excluídos tirar ainda partido da instituição (que eles reconhecem bastante ao criticá-la por não reconhecê-los), fazendo da exclusão uma garantia de cientificidade; ou, ainda, a contestação da "competência" dos dominantes, que está no centro de todo movimento herético (ver a contestação do monopólio da sacração) e que deve tanto menos armar-se de argumentos científicos quanto mais fraco for o capital científico acumulado etc.

seus concorrentes, a sociologia do conhecimento ou da ciência nada mais sendo do que a forma mais irrepreensível das estratégias de desqualificação do adversário enquanto ela tomar por objeto os adversários e suas estratégias e não o *sistema completo de estratégias, isto é, o campo das posições a partir do qual elas se engendram*<sup>57</sup>. A sociologia da ciência só é tão difícil porque o sociólogo está em jogo no jogo que ele pretende descrever (seja, primeiramente, a cientificidade da sociologia e, em segundo lugar, a cientificidade da forma de sociologia que ele pratica); ele só poderá objetivar o que está em jogo e as estratégias correspondentes se tomar por objeto não somente as estratégias de seus adversários científicos, mas o jogo enquanto tal, que comanda também suas próprias estratégias, ameaçando governar subterraneamente sua sociologia, e sua sociologia da sociologia.

---

<sup>57</sup> Sobre a necessidade de construir, enquanto tal, o campo intelectual para tornar possível uma sociologia dos intelectuais que seja algo além de uma troca de injúrias e de anátemas entre "intelectuais de direita" e "intelectuais de esquerda", ver BOURDIEU, P. Les fractions de la classe dominante et les modes d'appropriation de l'oeuvre d'art. *Information sur les Sciences Sociales*, 13 (3), 1974, p. 7-32.